



A CONCEPÇÃO DE MARX, ENGELS E GRAMSCI SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

THE CONCEPTION OF MARX, ENGELS AND GRAMSCI ON THE RELATIONSHIP BETWEEN WORK AND WORKING CLASS EDUCATION

Graziela Donizetti dos Reis¹

Resumo: Este ensaio teórico objetiva apresentar sucintamente as aproximações e divergências teóricas dos autores Marx, Engels e Gramsci sobre a relação entre o trabalho e a educação. Serão indicados apontamentos sobre as distintas perspectivas, visando salientar que a dimensão educativa sempre esteve atrelada ao processo formativo voltado para o processo de produção do sistema capitalista. Por isso, os autores evidenciam a necessidade de se pensar outra forma de educação, a qual propicie o desenvolvimento humano da classe trabalhadora e não o desenvolvimento do capital. O estudo embasa-se na pesquisa bibliográfica e utiliza o materialismo histórico dialético.

Palavras chave: Trabalho; Educação; Classe trabalhadora.

Abstract: This theoretical essay aims to briefly present the theoretical approaches and divergences of the authors Marx, Engels and Gramsci on the relationship between work and education. Notes on the different perspectives will be indicated, aiming to emphasize that the educational dimension has always been linked to the training process focused on the production process of the capitalist system. For this reason, the authors show the need to think about another form of education, which promotes the human development of the working class and not the development of capital. The study is based on bibliographic research and uses dialectical historical materialism.

Keywords: Work; Education; Working class.

¹ Mestrado em andamento em Serviço Social pelo PPGSS Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP Franca. Autora para correspondência. E-mail: <grazihelah@yahoo.com.br>

A categoria Trabalho

A categoria trabalho possui em si a centralidade na teoria marxiana e marxista. Muitos pensadores marxistas se dedicaram a analisar o trabalho como elemento que constitui a essência do homem enquanto ser social. A perspectiva marxiana do trabalho se firma em três sentidos, o primeiro se refere à distinção entre o homem e os outros animais, devido a possibilidade da transformação da natureza ocorrer por meio do trabalho humano.

O segundo, apresenta o trabalho como condição essencial ao homem, independente do contexto histórico. O terceiro sentido, retrata o trabalho como forma histórica que é determinada pelos modos de produção material da vida. Por isso, Marx e Engels analisam a categoria trabalho partindo da dimensão ontológica, partem da concepção de que o trabalho é o responsável pela constituição da vida do homem² ao longo do processo histórico.

Marx evidencia a dimensão ontológica do trabalho:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1996, p. 297).

De acordo com esse prisma ontológico, pressupõe-se a dimensão educativa e formativa do trabalho. Este ensaio teórico objetiva apresentar de forma sucinta a discussão que primeiramente Marx e Engels e posteriormente Gramsci discorrem sobre a relação entre trabalho e educação. Serão indicados elementos que apresentam as discordâncias dos autores.

² O sentido dessa palavra usada pelos autores Marx e Engels é de humanidade, abrangendo homem e mulher

Pretende-se relatar algumas das inúmeras contribuições desses autores em relação a educação da classe trabalhadora, considerando as questões impostas pelo sistema capitalista, que é responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas na atual forma de sociabilidade.

O trabalho e educação na concepção de Marx e Engels

Engels foi o primeiro autor marxista a demonstrar preocupação com o processo formativo. Na obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de 1844, ele manifesta sua inquietação quanto aos jovens e crianças da classe trabalhadora, pois estas se dedicavam exaustivamente ao trabalho fabril desde a mais tenra idade.

As condições de trabalho eram prejudiciais ao processo de formação, além do próprio crescimento ser debilitado, também privava-os do desenvolvimento intelectual. Para essas crianças, restavam somente as escolas noturnas, sendo que estas tinham professores pouco preparados e instalações muito precárias. Segundo Engels:

Aí se divulgam elementos das ciências naturais, procurando desviar a atenção dos operários da oposição contra a burguesia e se lhes fornecem conhecimentos que eventualmente podem levá-los a invenções que tragam lucros aos burgueses; quanto às ciências naturais, seu conhecimento, pelo operário, é atualmente desprovido de utilidade, uma vez que ele nem sequer pode observar a natureza, vivendo na grande cidade e absorvido por uma jornada de trabalho tão prolongada. Nesses centros também se ensina economia política, cujo ídolo é a livre concorrência e da qual o operário só pode extrair uma conclusão: para ele, nada é mais razoável que resignar-se a morrer de fome silenciosamente. Nessas instituições, toda a educação é domesticada, dócil e servil diante da política e da religião dominantes; seu objetivo, por meio de prédicas constantes, é tornar o operário obediente, passivo e resignado diante de seu destino (ENGELS, 2010, p. 272).

A análise sobre o processo formativo da classe trabalhadora revela-se inicialmente como crítica à exploração do trabalho infantil no chão de fábrica. Segundo Engels a “educação de todas as crianças, a partir do momento em que podem passar sem os cuidados maternos, em estabelecimentos nacionais e a expensas do Estado. Combinar a educação e o trabalho fabril” (ENGELS, p.36, 2006), seria o ideal para possibilitar novos horizontes para o proletariado, pois a educação seria vinculada à formação política e não meramente alienante.

Para o autor, a educação integral da classe trabalhadora poderia confrontar a fragmentação imposta pela divisão do trabalho que ocorre no modo de produção capitalista.

A divisão do trabalho, minada já hoje pelas máquinas, que faz de um camponês, do outro sapateiro, do terceiro operário fabril, do quarto especulador de bolsa, desaparecerá, portanto, totalmente. A educação permitirá aos jovens passar rapidamente por todo o sistema de produção; colocá-los-á em condições de passar sucessivamente de um ramo de produção para outro, conforme o proporcionem as necessidades da sociedade ou as suas próprias inclinações. Retirar-lhes-á, portanto, o carácter unilateral que a actual divisão do trabalho impõe a cada um deles. Deste modo, a sociedade organizada numa base comunista dará aos seus membros oportunidade de porem em acção, integralmente, as suas aptidões integralmente desenvolvidas (ENGELS, 1982, p.43-44.).

Ressalta-se que a concepção da educação da classe trabalhadora defendida por Engels parte da crítica da realidade determinada pelo modo de produção capitalista do seu contexto histórico. Por esse prisma crítico, o autor desenvolve ideias de possibilidades do processo formativo, sobre como a educação poderia ser diferente em uma outra sociedade, sem a existência da divisão social do trabalho. A sociedade comunista vislumbrada por ele teria “o desenvolvimento onilateral das capacidades de todos os membros da sociedade, mediante a eliminação da divisão do trabalho até agora existente, mediante o ensino industrial, mediante o alternar-se das atividades (...)” (ENGELS, 2006).

Entretanto, Marx e Engels defenderam a ideia de que a educação deveria ser acessível para todas as crianças, pois “educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje” assim como a “combinação da educação com a produção material etc” (MARX, ENGELS, 2010, p. 58). O desenvolvimento humano seria possível e livre.

Essas ideias se alteram durante o desenvolvimento do pensamento marxiano, principalmente na defesa da abolição do trabalho infantil, pois em certo momento admite-se que não é possível a eliminação do trabalho infantil nas fábricas, mas sim a combinação deste com a educação, pois o proletário não possui a liberdade e nem mesmo a compreensão para entender que a educação é essencial para o

desenvolvimento humano, poucas pessoas da classe trabalhadora conseguiam assimilar a relevância do processo formativo de suas crianças, do quanto o efeito da dinâmica fabril podia ser nociva para as próximas gerações no caso delas continuarem privadas do acesso a educação.

Necessita-se entender que essa transformação de avaliação de Marx e Engels quanto ao trabalho infantil, deve-se ao cenário histórico. Percebe-se que ela se configura de forma que prima pela garantia de acesso das crianças e jovens da classe trabalhadora ao espaço de trabalho que combine o processo de formação e educação ao trabalho. No século XIX o trabalho infantil era uma constante extremamente difícil de reverter, pois atendia as demandas da sociedade capitalista. Por isso, Marx reconhece que sua eliminação seria impossível, então passa a associá-lo com um processo de trabalho que fosse também formativo, que contribuísse para a educação e desenvolvimento das crianças que trabalham nas fábricas. A fusão do trabalho fabril com o processo de educação e formativo se apresenta como uma possibilidade para os pequenos trabalhadores.

Para Marx, diante desse momento histórico, é necessário vincular trabalho e educação, concatenando a educação para o trabalho manual e intelectual, pois o desenvolvimento da classe trabalhadora seria possível dentro desses moldes. Esses conceitos se transformaram no que se concebe por educação politécnica, pois a politecnia se apresenta de forma bem mais desenvolvida do que a etimologia da palavra. De acordo com Saviani, a politecnia se relaciona ao “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno” (SAVIANI, 2003, p. 140).

Todavia, ressalta-se que as citações apresentadas anteriormente demonstram a reflexão de Marx e Engels sobre o que a educação deveria ser em uma sociedade socialista. Por isso, os autores realizam suas análises sob o prisma da realidade imposta pelo modo de produção capitalista, criticam enfaticamente este modelo e propõem alterações do mesmo, até mesmo em relação à fusão entre trabalho e processo formativo.

Contudo, posteriormente, Marx (1996) defende outra concepção, a de que as contradições próprias do modo de produção capitalista exigem outro exemplo de educação para a classe trabalhadora, no qual o processo formativo é vinculado à produção de forma indissociável. No entanto, o autor destaca que a divisão do trabalho não viabilizaria essa combinação entre trabalho e educação, por isso seria uma incumbência da classe trabalhadora se mobilizar para transformar tais relações produtivas:

(...) a grande indústria torna, por suas catástrofes mesmo, uma questão de vida ou morte reconhecer a mudança dos trabalhos, e portanto a maior polivalência possível dos trabalhadores, como lei geral e social da produção, adequando as condições à sua realização normal. Ela torna uma questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma miserável população trabalhadora em disponibilidade, mantida em reserva para as mutáveis necessidades de exploração do capital, pela disponibilidade absoluta do homem para as exigências variáveis do trabalho; o indivíduo-fragmento, o mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para o qual diferentes funções sociais são modos de atividade que se alternam. Um momento, espontaneamente desenvolvido com base na grande indústria, desse processo de revolucionamento são as escolas politécnicas e agrônômicas, outro são as [escolas de ensino profissional], em que filhos de trabalhadores recebem alguma instrução de tecnologia e de manejo prático dos diferentes instrumentos de produção. Se a legislação fabril, como primeira concessão penosamente arrancada ao capital, só conjuga ensino elementar com trabalho fabril, não há dúvida de que a inevitável conquista do poder político pela classe operária há de conquistar também para o ensino teórico e prático da tecnologia seu lugar nas escolas dos trabalhadores (MARX, 1996, p. 115-116).

Marx (2012), apresenta suas últimas reflexões quanto a necessidade de articulação entre trabalho e educação em sua obra *Crítica do Programa de Gotha*, analisando o programa então disseminado pelo Partido Operário Alemão no ano de 1875. O partido propunha que a educação fosse calcada na educação popular universal, porém sob a responsabilidade do Estado. Tal proposta tinha o caráter extremamente contraditório na visão do autor:

O Partido Operário Alemão exige, como base espiritual e moral do Estado: 1) Educação popular universal e igual sob incumbência do Estado. Escolarização universal obrigatória. Instrução gratuita." Educação popular igual? O que se entende por essas palavras? Crê-se que na sociedade atual (e apenas ela está em questão aqui) a educação possa ser igual para todas as classes? Ou se exige que as classes altas também devam ser forçadamente reduzidas à módica educação da escola pública, a única compatível com as condições econômicas não só do trabalhador assalariado,

mas também do camponês? “Escolarização universal obrigatória. Instrução gratuita.” A primeira existe na Alemanha, a segunda na Suíça [e] nos Estados Unidos, para escolas públicas. Que em alguns estados deste último também sejam “gratuitas” as instituições de ensino “superior” significa apenas, na verdade, que nesses lugares os custos da educação das classes altas são cobertos pelo fundo geral dos impostos. O mesmo vale, diga-se de passagem, para a “assistência jurídica gratuita” exigida no artigo 5. A justiça criminal é gratuita em toda parte; a justiça civil gira quase exclusivamente em torno de conflitos de propriedade, dizendo respeito, portanto, quase exclusivamente às classes proprietárias. Elas devem mover seus processos à custa do tesouro público? (MARX, 2012, p. 45).

O trabalho associado à educação não aparece no dito programa do partido, o que inquieta o autor, pois sem escolas teóricas e práticas concatenadas com a escola primária, a educação permaneceria distante da classe trabalhadora e continuaria sendo possível somente para as classes dominantes. Reforça-se que o autor discorda da possibilidade do Estado, enquanto instrumento burguês, pudesse viabilizar uma educação que desenvolvesse a classe trabalhadora.

Absolutamente condenável é uma “educação popular sob incumbência do Estado”. Uma coisa é estabelecer, por uma lei geral, os recursos das escolas públicas, a qualificação do pessoal docente, 45/158 os currículos etc. e, como ocorre nos Estados Unidos, controlar a execução dessas prescrições legais por meio de inspetores estatais, outra muito diferente é conferir ao Estado o papel de educador do povo! (...) No Império prussiano-alemão (e não se escapa da questão com o cômodo subterfúgio de que se trata de um “Estado futuro”; já vimos no que este consiste), é o Estado que, ao contrário, necessita receber do povo uma educação muito rigorosa (MARX, 2012, p.46).

Segundo Saviani (2003), a perspectiva de Marx e Engels sobre a educação se embasa nas seguintes hipóteses: articulação da educação, relacionando a educação intelectual, tecnológica e corporal, porém esse modelo deveria ser defendido para que todas as crianças tivessem acesso, principalmente as crianças da classe trabalhadora. Assim, o trabalho produtivo permitiria o desenvolvimento da classe trabalhadora, pois esta teria acesso ao conhecimento histórico acumulado e apropriado pela burguesia.

Para além disso, haveria formação onilateral, que possibilitaria uma compreensão integral do processo produtivo como um todo, a classe trabalhadora

reconheceria o seu papel na luta de classe, pois não seria mais vítima do trabalho alienado, seu processo formativo proporcionaria também a formação política.

Contudo, deve-se perceber que para essa concepção de educação se concretizar, precisa-se de uma transformação de maior amplitude social, pois ela somente ocorreria em uma outra forma de sociabilidade. A educação associada ao trabalho torna-se reduzida diante do seu propósito inicial (desenvolver o ser humano), pois a estratificação social, assim como a divisão social do trabalho segrega a classe trabalhadora dos proprietários dos meios de produção. Segundo Marx (1996), essa separação resulta na hipertrofia desses dois segmentos societários.

A concepção de Gramsci sobre trabalho e educação

A concepção de educação de Gramsci requer a compreensão do seu argumento, sendo que este se embasa em duas categorias centrais: a ideologia e a hegemonia. De forma sucinta, pode-se conceber que a perspectiva de Gramsci sobre a hegemonia representa um processo que possibilita às classes dominantes compartilhar e convencer a sociedade de que seus projetos societários visam o bem comum, o que se traduz na constância do senso comum.

Concomitantemente, esse processo hegemônico constrói e fortalece sua ideologia de dominação que resulta na desarticulação e desmobilização do grupo social antagônico, mesmo que para isso, precise recorrer à meios coercitivos e de formação de opinião, como a mídia por exemplo, quando não há o convencimento, há a opressão e repressão da classe trabalhadora.

Para Gramsci (2004), os intelectuais têm papel fundamental na construção da hegemonia, pois assumem a responsabilidade de formar e difundir a cultura dominante por meio de aparelhos hegemônicos. Por isso, esses aparelhos são considerados pelo autor como privados, porque atuam de forma impactante na sociedade civil.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em

diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “ sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “ domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” . Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 2004, p. 20-21).

O autor concebe a escola como aparelho hegemônico, assim como também os partidos políticos, os sindicatos, as associações religiosas e os movimentos sociais, pois todos eles disseminam a cultura dominante, visando a manutenção da hegemonia. Somente assume-se a contra-hegemonia, quando as classes subalternas se posicionam de forma contrária às classes dominantes.

Segundo Gramsci, a divisão social permeava todo o processo formativo:

Pode-se dizer, aliás, que a crise escolar que hoje se difunde liga-se precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente estabelecido: a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complexificação da crise orgânica mais ampla e geral. A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais (GRAMSCI, 2004, p. 33).

Tal divisão deriva do que o autor chama de crise escolar, que é fomentada pela contínua criação de sistemas escolares particulares que se dividiam em escolas específicas e especializadas. Resultando na tendência de eliminar as escolas desinteressadas, de caráter formativo moldado pela elite, para servi-la e não para desenvolver a classe trabalhadora. Gramsci apresentou sua proposta de possível solução:

A tendência atual é a de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou de conservar apenas um seu reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em preparar-se para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (GRAMSCI, 2004, p. 33).

A hipótese de um novo modelo de educação parte do pressuposto de que a escola clássica daquele período, enfrentava uma forte crise, que espelhava o contexto histórico que passava por inúmeras transformações resultantes das demandas do processo de industrialização do século XIX. Gramsci propõe um novo conceito de escola e educação, sendo que este deveria romper com o modelo utilizado até então. A releitura da relação educação-trabalho que originalmente foi apresentada por Marx enriquece a concepção do autor.

O modelo de escola proposta enfatiza que a formação da classe trabalhadora deve promover aptidões que a torne dirigente da sua realidade, do seu contexto, da sua vida, possibilitando a compreensão da totalidade, tanto do processo produtivo, recorrendo ao entendimento das leis da natureza, quanto das relações sociais e da ordem legal que rege a vida em sociedade.

Gramsci acreditava que seria possível um outro modelo de educação, no qual a escola seria de tempo integral, com acesso a laboratórios, bibliotecas, dormitórios, oficinas e refeitórios. Contudo, diferente de Marx e Engels, ele considerava que o Estado deveria se responsabilizar integralmente por esse processo formativo e não mais a família. Retoma-se aqui a divergência entre ele e Marx, pois como foi apresentado anteriormente, Marx pressupunha que o Estado, enquanto instrumento burguês, jamais possibilitaria tal desenvolvimento para a classe trabalhadora.

De acordo com Gramsci, a escola unitária promoveria outras relações entre o trabalho industrial e intelectual, tanto no ambiente escolar, quanto na vida social, pois

haveria o estímulo da responsabilidade autônoma, assim como o incentivo da criatividade e liberdade ativa das crianças em sala de aula.

Considerações Finais

Tendo em vista as reflexões apresentadas por Marx, Engels e Gramsci sobre a relação entre trabalho e educação, salienta-se alguns aspectos para análise comparativa. Há pontos de convergência, de aproximação das concepções dos três autores quanto à educação, pois compartilham do mesmo embasamento teórico-metodológico da realidade, utilizando o materialismo histórico-dialético para suas análises.

A escolha teórico-metodológica desses autores destaca o compromisso dos mesmos com a transformação social. Evidencia também a confiança deles de que seria possível superar o modo de produção capitalista, atribuindo assim as concepções do processo formativo e da educação desenvolvidas por eles uma forte aproximação com a dimensão política.

Para os autores, a educação possui o sentido político que viabiliza o acesso da classe trabalhadora ao conhecimento e desenvolvimento que foi historicamente acumulado pela burguesia e disseminado somente entre ela. Para Gramsci, o resultado poderia elevar o grau de maturidade e capacidade intelectual e criativa da classe trabalhadora, conseqüentemente traria a autonomia na orientação dos mesmos.

Evidencia-se que Marx, Engels e Gramsci realizaram suas análises e produziram suas obras em contextos históricos diferentes. Os dois primeiros formularam seus trabalhos no século XIX, enquanto o terceiro escreveu na primeira parte do século XX. Essa diferença temporal caracteriza as particularidades de cada concepção, pois são influenciados pelas distintas realidades nas quais estão inseridos.

O modo de produção capitalista passou por diversas transformações ao longo do seu desenvolvimento, por isso as concepções e conseqüentemente as análises

dos autores também são distintas, pois acompanham as mudanças pertinentes a cada momento histórico

De acordo com o exposto, compreender as condições históricas é imprescindível para compreender as distintas concepções dos autores. Marx e Engels presenciaram os momentos áureos do desenvolvimento capitalista industrial, Gramsci no entanto, presenciou outro estágio do modo de produção capitalista, o qual tinha o fordismo como principal responsável por múltiplas transformações para o processo produtivo e para a classe trabalhadora.

Gramsci pode realizar suas análises sobre a escola e a educação partindo da concepção da escola no capitalismo assim como da escola no socialismo real da União Soviética após a Revolução Russa. Dessa maneira, o autor teve a possibilidade de fazer sua análise profunda sobre as questões pertinentes a relação entre trabalho e educação.

Contudo, a contribuição de Marx e Engels possui relevância para a construção da concepção de educação socialista, pois as reflexões originais desses autores propiciou a compreensão da importância da educação para a classe trabalhadora, vinculando o trabalho produtivo ao processo formativo, visando a educação integral.

Portanto as contribuições apresentadas por Marx, Engels e Gramsci são essenciais para elaboração de novas perspectivas educacionais para a classe trabalhadora. Enfatiza-se que todos os projetos vinculados à educação da classe trabalhadora devem ser construídos atrelados as ações que visem as transformações societárias, se isso não ocorrer, inexistirá a possibilidade de um processo emancipatório, pois a educação continuará voltada para o atendimento das demandas do capital e não para servir ao desenvolvimento da classe trabalhadora, como preconizam os autores. Reforça-se a imprescindibilidade e urgência de um processo formativo, de uma educação que realmente contribua para o desenvolvimento integral da classe trabalhadora.

Referencias Bibliográficas

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2 vols.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

SAVIANI, Demerval. **O choque teórico da politecnicidade**. In: **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

ENGELS, Friedrich. **Princípios Básicos do Comunismo**. Lisboa: Editorial Avante. 2006.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.